

## A DESPOLUIÇÃO DO LAGO

DF - Lago Paranoá

## Tribunal de Contas investigará a concorrência

Fotos: Aldori Silva

Até o final desta semana, o Tribunal de Contas do Distrito Federal vai determinar uma auditoria na Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb) para examinar especificamente e em profundidade, o processo licitatório para as obras de despoluição do Lago Paranoá. A informação foi dada ontem, com exclusividade para o Jornal de Brasília, pelo presidente do Tribunal, Joel Ferreira, e pediu que o JBr encaminhasse, com a máxima urgência, os documentos que serviram como base para a denúncia de aumento da obra de 45 para 126 milhões de dólares. "Com estes documentos, esta auditoria pode ser concluída no máximo de 30 dias", declarou Ferreira.

O acompanhamento do projeto de despoluição do Lago Paranoá, segundo Ferreira, já vinha sendo feito pelo TCDF desde 81, quando foi oficializado o projeto da ampliação das Estações de Tratamento — ETE Norte e Sul — e o tratamento terciário, feito com produtos químicos para eliminar os nutrientes — fósforo e nitrogênio — que colaboram na proliferação das algas.

Este acompanhamento, feito através de documentos enviados pela própria Caesb, são analisados por especialistas em contas públicas do TCDF, mais especificamente, da 3ª Inspetoria, responsável pela fiscalização das obras dos órgãos do GDF. Com a denúncia feita pelo JBr em suas edições de domingo, terça-feira e ontem, o TCDF vai dispor, à partir de agora — com a entrega dos documentos — de provas concretas que poderão embargar a licitação para as obras de despoluição do Lago Paranoá.

## Auditoria

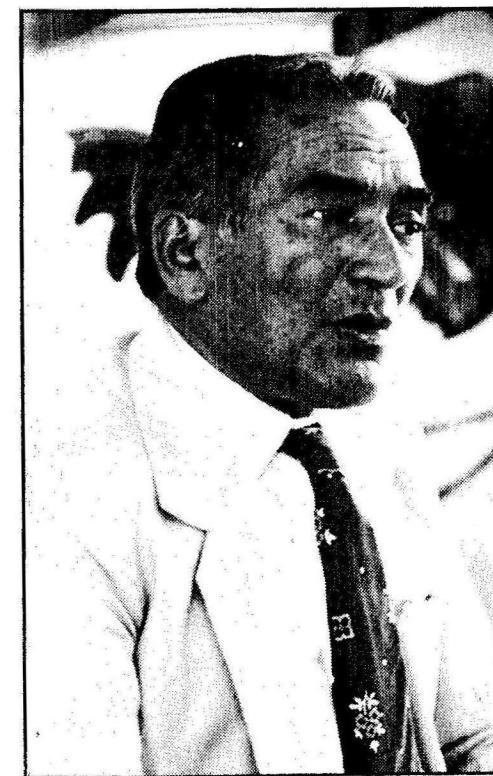
A auditoria é uma forma que os Tribunais de Contas têm para verificar os balanços e projetos das empresas do governo fiscalizando a aplicação dos recursos. "O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem a sua missão constitucional clara e determinada, e estamos cumprindo à risca", declarou o presidente do TCDF.

Ele explicou que, além da auditoria, ou mesmo com os resultados dela, caso seja realmente comprovado que as mesmas obras projetadas pela Caesb subiram de 45 para 126 milhões de dólares, o Tribunal encaminhará ao governador José Aparecido, e ao presidente do Senado Federal, Humberto Lucena, pedido para anulação da licitação.

## Os procedimentos

Joel Ferreira explicou que, quando é confirmada qualquer anormalidade, o TCDF alerta a instituição que infringiu a Lei. Depois, prossegue Ferreira, há a punição, com aplicação de multas de até dez Valores de Referência, ou seja, Cr\$ 9.565,40. Finalmente, é feita uma representação formal das irregularidades ao GDF e ao Senado Federal, para que eles tomem as providências cabíveis.

Além desta auditoria específica que o Tribunal de Contas do Distrito Federal está fazendo no caso da despoluição do Lago Paranoá, outras duas estão em andamento na Caesb, mas que segundo a coordenadora da 3ª Inspetoria do TCDF, Maria de Fátima Ribeiro, são de rotina. Ela citou que uma destas duas é em relação à obra de construção da barragem de São Bartolomeu.



Joel Ferreira fará auditoria na Caesb, presidida por Willian Penido, para quem não há irregularidades na concorrência